

Prestação de serviços à comunidade de caráter coletivo e territorial: potências, referenciais teóricos e desafios desta estratégia metodológica*

Provision of services to the community of a collective and territorial character: strengths, theoretical references and challenges of this methodological strategy

Adilaine Juliana Scarano Vedovello¹, Sandra Maria Galheigo²

doi: 10.11606/issn.2238-6149.v33i1-3e215013

Vedovello AJS, Galheigo SM. Prestação de serviços à comunidade de caráter coletivo e territorial: potências, referenciais teóricos e desafios desta estratégia metodológica. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2023 jan.-dez.;33(1-3):e215013.

RESUMO: O estudo teve como enfoque a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), cujo objetivo geral foi sistematizar a estratégia metodológica da PSC COLETIVA, em seus aspectos históricos, processos, referências teóricas e experiências. Utilizou-se pesquisa documental, entrevistas com atores relevantes à implementação da proposta e grupo focal com profissionais do serviço. A análise indicou a existência de duas fases no desenvolvimento da metodologia estudada, sendo a segunda redenominada de PSC COLETIVA E TERRITORIAL (PSC-CT), que se tornou o foco do estudo, pois sua proposta favorece a construção coletiva, participativa e territorial da PSC, trazendo novos sentidos para os processos de engajamento, responsabilização e transformação vividos pelos adolescentes no cumprimento da medida. Seus eixos centrais são: a atividade como principal recurso de mediação, o trabalho grupal, a ação territorial e o acompanhamento familiar. A PSC-CT se sustenta na socioeducação, com um efetivo trabalho educativo e pedagógico, crítico e participativo, na perspectiva da garantia de direitos para os adolescentes autores de atos infracionais. Esta proposta metodológica pode ser considerada uma tecnologia social que contribui para o campo das medidas socioeducativas em meio aberto no Brasil e fortalece o trabalho da terapia ocupacional no Sistema Único de Assistência Social.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescentes; Participação Social; Redes Comunitárias; Terapia Ocupacional.

Vedovello AJS, Galheigo SM. Provision of services to the community of a collective and territorial character: strengths, theoretical references and challenges of this methodological strategy. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2023 Jan-Dec;33(1-3):e215013.

ABSTRACT: The study focused on the socio-educational measure of Provision of Services to the Community (PSC), whose general objective was to systematize the methodological strategy of PSC COLECTIVE, in its historical aspects, processes, theoretical references and experiences. Documentary research, interviews with actors relevant to the implementation of the proposal and a focus group with service professionals were used. The analysis indicated the existence of two phases in the development of the studied methodology, the second being renamed PSC COLLECTIVE AND TERRITORIAL (PSC-CT), which became the focus of the study, as bringing new meanings to the processes of engagement, accountability and transformation experienced by adolescents in complying with the measure. Its central axes are activity as the main mediation resource, group work, territorial action, and family support. PSC-CT is based on socio-education, with effective work - educational and pedagogical, critical and participatory, from the perspective of guaranteeing the rights of adolescents who commit infractions. This methodological proposal can be considered a social technology that contributes to the field of socio-educational measures in open settings in Brazil and strengthens the work of occupational therapy in the Unified Social Assistance System.

KEYWORDS: Adolescents; Social Participation; Community Networks; Occupational Therapy.

* Texto elaborado a partir da dissertação de mestrado profissional “Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade: uma estratégia metodológica coletiva e territorial, a ser defendido em dezembro de 2023, no Programa de Mestrado Profissional Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social – Universidade de São Paulo – USP.

1. Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - COMEC, Campinas, São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1807-9952>. Email: juliana.vedovello@gmail.com.

2. Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3295-0188>. Email: sandramg@usp.br.

Autor para correspondência: Adilaine Juliana Scarano Vedovello. E-mail: juliana.vedovello@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A prestação de serviços à comunidade (PSC), foco deste estudo, caracteriza-se como uma das medidas socioeducativas em meio aberto para adolescentes autores de atos infracionais, que tem natureza jurídica prevista no ECA¹ e regulamentada pelo SINASE². Com a perspectiva de garantir o direito à convivência familiar e comunitária, com ênfase na responsabilização e por meio de ações socioeducativas, a PSC está na governabilidade da Política Nacional de Assistência Social³, regulamentada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁴ e tipificada como serviço de proteção social especial de média complexidade⁵. Neste âmbito, as orientações técnicas e metodológicas para a execução desta medida socioeducativa (MSE) referem a necessidade de selecionar e credenciar como serviços parceiros entidades assistenciais, hospitais, escolas, programas comunitários ou governamentais e outros estabelecimentos congêneres para a realização de ações que despertem nos adolescentes valores de solidariedade, oportunidade de estabelecer novas relações interpessoais, vivências com significado ético e social e novos conhecimentos e habilidades⁶. Entretanto, constata-se que, as regulamentações específicas para a execução desta MSE não indicam recomendações quanto à sua operacionalização que não sejam: o cuidado para não ser uma atividade vexatória; a importância de considerar a capacidade do adolescente em cumpri-la e o caráter educativo e pedagógico, com acompanhamento do adolescente no local determinado para seu cumprimento⁶.

Na realidade cotidiana das executoras da medida de PSC, observa-se com frequência que o modo operante é encaminhar o adolescente a uma entidade acolhedora, com o objetivo de realizar atividades, em geral, burocráticas e individualizadas, com supervisão de funcionário do local e monitoramento do técnico de referência do serviço executor da MSE. Este modo operante apresenta fragilidades no processo socioeducativo do adolescente, com pouca efetividade, uma vez que os serviços prestados são majoritariamente administrativos, se constituindo em um fazer “tarefeiro” e sem sentido para o adolescente. Os profissionais do serviço parceiro não são educadores e, geralmente, não se preocupam com o favorecimento do potencial transformador do adolescente. Portanto, há defesa de que a PSC seja acompanhada por um profissional capaz de acolher o adolescente e estabelecer uma relação de confiança. O ideal é ter educadores na função de supervisão e acompanhamento do trabalho socioeducativo, seja individual ou em grupo⁷.

Foi a partir deste pressuposto da socioeducação que o Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - COMEC, organização da sociedade civil (OSC), implantou um projeto de PSC em 2007, após convite da gestão municipal diante dos 27 anos de experiência da OSC na execução da MSE de liberdade assistida (LA)⁸. O COMEC, fundado em 1980 para atender adolescentes em situação de vulnerabilidade social, é precursor ao ECA e ao SINASE, tendo sua ação sempre sido pautada nos marcadores legais e na articulação com o sistema de justiça. Atua hoje exclusivamente na Proteção Social Especial de Média Complexidade na Política de Assistência Social, na execução da LA e PSC. Terapeutas ocupacionais têm atuado no COMEC desde os anos 1980 e sua iniciativa de oferecimento de oficinas grupais com atividades contribuiu para a solidificação de estratégias de atendimento grupal como um diferencial no trabalho socioeducativo da OSC⁹.

O projeto de PSC implantado pelo COMEC foi denominado de PSC COLETIVA e tem sido aprimorado ao longo dos seus 16 anos de execução. Seu público-alvo são adolescentes de 12 a 18 anos e/ou jovens até 21 anos. A equipe, no momento do estudo, era composta por 11 profissionais, sendo: uma coordenadora técnica que é terapeuta ocupacional, quatro técnicos/orientadores de medida, sendo uma terapeuta ocupacional, dois psicólogos e uma assistente social; um educador social e; duas duplas psicossociais para acompanhamento familiar, compostas por um assistente social e um psicólogo em cada. A necessidade de avaliar e sistematizar a PSC COLETIVA motivou a realização de pesquisa de mestrado profissional, cujos resultados parciais são aqui apresentados. Este artigo se propõe a apresentar as potências, referências, dificuldades e desafios da estratégia metodológica e discutir a proposta em seus diálogos com a literatura, a socioeducação e a terapia ocupacional.

MÉTODO

Trata-se de estudo retrospectivo e prospectivo, de caráter qualitativo, por meio de pesquisa documental, entrevista e grupo focal, realizados de forma remota, devido à pandemia COVID-19. A pesquisa documental permitiu levantar e complementar informações sobre o assunto estudado¹⁰, sendo analisados relatórios e documentos institucionais sobre o processo histórico de implementação da PSC no COMEC. As entrevistas, entendidas como uma conversa com finalidade¹¹, foram realizadas por meio de roteiro semiestruturado para obter informações significativas e complementares à pesquisa documental. Foram realizadas com a coordenadora geral do COMEC (gestora de 2008

a 2020) e com a Promotora do Ministério Público da Infância e Juventude de Campinas, que acompanha as medidas socioeducativas no município. O grupo focal é uma técnica de pesquisa que, a partir da interação grupal, produz discussão e problematização de um tema específico¹². Foram realizados dois encontros com oito profissionais que atuavam na medida de PSC do COMEC com a finalidade de problematizar e avaliar a estratégia metodológica utilizada a partir de suas perspectivas. Os encontros foram mediados por uma terapeuta ocupacional convidada. As entrevistas e os grupos focais foram gravados, transcritos e analisados em seu conteúdo¹¹. A pesquisa foi iniciada após consentimento do COMEC e aprovação do Comitê de Ética do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, sob o parecer CAAE 39939920.5.0000.0068. Os participantes foram incluídos na pesquisa após leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS

A PSC COLETIVA é uma proposta centrada na abordagem grupal com a finalidade de produzir sentido para o cumprimento da MSE para o adolescente, bem como garantir o processo de responsabilização pela socioeducação. Esta proposta teve apoio do sistema de justiça do município de Campinas (Ministério Público, Defensoria Pública e Vara da Infância e Juventude) e da gestão municipal. Sua implantação envolveu uma estrutura diferenciada para operacionalizar o serviço, resultando em espaços físicos distintos e equipes técnicas próprias para os programas de LA e PSC do COMEC, de modo a garantir a especificidade de cada MSE. Conforme observado nas interlocuções com outros serviços/organizações que executam ambas medidas de modo conjunto, é comum encontrar o relato de uma única equipe para os dois programas, com atuação no mesmo espaço físico, geralmente com atividades compartilhadas entre os adolescentes das duas medidas.

Em relação à composição da equipe técnica multidisciplinar, constata-se que a diversidade de profissionais tem instituído uma dinâmica de trabalho marcada pela pluralidade de perspectivas e modos de intervenção que dialogam entre si, ampliando o leque de recursos de atenção ao adolescente. Assim sendo, os diferentes saberes e recursos das áreas profissionais se tornam complementares, o trabalho é resultado de uma construção coletiva e de ações compartilhadas que alcançam os adolescentes e suas famílias.

No percurso desta pesquisa, a análise documental identificou uma reformulação metodológica em 2014 que marcou significativamente uma mudança na execução da PSC COLETIVA realizada pelo COMEC. Essa mudança

inaugurou uma segunda fase na implementação desta MSE, redenominada pela pesquisadora de PSC COLETIVA e TERRITORIAL (PSC-CT). Dentre suas inovações, há a definição de que o território de origem do adolescente seja o lugar para o desenvolvimento da PSC e a construção do projeto seja compartilhada pelo grupo de adolescentes.

Em síntese, o fluxo de atendimento da PSC-CT, após a aplicação da MSE pela Vara da Infância e Juventude e o encaminhamento pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para o COMEC, consiste das seguintes etapas: (a) *acolhimento inicial coletivo* para adolescentes e responsáveis encaminhados pelo CREAS na semana; (b) *atendimento individual* com o adolescente e responsável para a interpretação da MSE e encontros posteriores para elaboração do plano individual de atendimento; (c) *grupo de integração* para a apresentação da proposta de PSC-CT, onde se reúnem todos os adolescentes que estão iniciando a medida no mês; (d) *grupo socioeducativo por região* para a realização da PSC no território de moradia dos adolescentes que realizam de modo conjunto o planejamento e a atividade, com duração aproximada de dois meses por projeto. São grupos abertos, um por região, que recebem adolescentes em diferentes estágios da execução da MSE. Como o tempo atribuído pelo judiciário no município para a medida de PSC é em média de 4 a 6 meses, com 4 horas semanais, é possível a realização de cerca de dois projetos grupais, que acontecem em instituições, praças, dentre outros. Esta organização favorece que os adolescentes tenham pelo menos uma oportunidade de experimentar as etapas de planejamento e execução desde o início; (e) *atendimento grupal de famílias* para esclarecer sobre a MSE desenvolvida, promover espaço de cuidado e contribuir para o fortalecimento da rede afetivo-social de suporte do adolescente. Conforme demanda, é oferecido atendimento familiar e domiciliar pela equipe de referência.

Os resultados da pesquisa documental, entrevistas e grupo focal indicaram que a **PSC-CT consiste em uma estratégia metodológica participativa e territorial**, que traz inovações para a execução da PSC e pode ser afirmada como tecnologia social. As contribuições apresentadas pela gestora, promotora e profissionais mostraram uma sintonia na compreensão da proposta e na execução da MSE, bem como uma avaliação positiva do trabalho realizado. A partir desses resultados foi possível delinear potências, referenciais teóricos, dificuldades e desafios da PSC-CT que serão apresentados a seguir.

Potências da estratégia metodológica

As potências da PSC-CT identificadas pelos procedimentos metodológicos da pesquisa se referem aos eixos

por meios dos quais esta estratégia é desenvolvida, a saber: **a atividade como principal recurso da PSC, o atendimento grupal, a ação territorial e o acompanhamento familiar.**

A **atividade** é um recurso central da PSC-CT, sendo a articuladora do processo grupal e do produto final. A PSC-CT acontece por meio de atividades que são planejadas e executadas coletivamente durante os grupos socioeducativos por região, que se iniciam no COMEC e se efetivam no território. Portanto, o uso de atividades também permeia o acompanhamento grupal podendo ser utilizada ao início, meio ou fim da PSC. A realização de atividades possibilita experiências de criação, elaboração e transformação para o adolescente e o grupo.

As atividades - artísticas, artesanais, culturais, lúdicas e de lazer - são utilizadas como recurso para facilitar a interação grupal, fortalecer os vínculos do grupo, bem como possibilitar ao adolescente se conhecer como sujeito de direitos - alguém que faz escolhas, cria, organiza e possibilita conectar o seu fazer com a vida cotidiana. O uso de diferentes materiais e estratégias enriquecem os modos de fazer e participar, promovendo a atenção às necessidades no âmbito individual e coletivo. Portanto, gera para os adolescentes sentimentos de satisfação e conhecimento de suas potencialidades, contribuindo para a desconstrução de rótulos negativos impostos pela sociedade. Assim, a atividade se constitui como recurso de transformação, considerando que:

[...] os recursos que a gente usa também tem muita potência, somados ao processo grupal. O uso da arte que está sempre em todas as PSCs, [...] [acaba] trazendo uma motivação, uma outra autopercepção para o jovem e o adolescente, e, ajuda bastante na construção de sua identidade, na elaboração da sua própria subjetividade, de como eles se percebem no mundo (participante do grupo focal).

Na execução da PSC, o uso de diversos recursos e linguagens que possibilitam a representação dos adolescentes e legitimam suas potências pela arte, música, grafite, rima, desenho, jardinagem, entre outros, favorece o deslocamento de suas vivências do mundo infracional. Perceber-se em uma posição de valor e visibilidade social, conquistada a partir da atividade desenvolvida, possibilita ao adolescente ocupar o lugar social de sujeito transformador na sua comunidade.

O **atendimento grupal** consiste em uma abordagem essencial para o engajamento dos adolescentes em uma prática de diálogo, onde é possível a troca de vivências e o compartilhamento de aspectos culturais e de saberes. O grupo é iniciado no espaço da convivência, que favorece a interação com os participantes de forma lúdica e

espontânea. Posteriormente, durante o processo de mapear o serviço-parceiro, de fazer a visita, de fazer a capacitação para as atividades, o grupo é convidado para a discussão de temas transversais que atravessam a adolescência de modo a promover reflexões e pensamento crítico.

No grupo, é importante ajudar os adolescentes a falarem e se escutarem, produzindo sentido a cada encontro. Estar em grupo possibilita aos adolescentes realizarem uma interlocução entre suas histórias. Indo além, promove o reconhecimento de si na fala do outro e um espaço de pertencimento e de afeto em que podem ser escutados, percebidos, reconhecidos e validados. O trabalho grupal também propicia um lugar de fala ao adolescente, contribuindo para o processo de identificação, reconhecimento e ressignificação de suas experiências nos contextos de vida das juventudes, da negritude e da periferia. Ainda, escutar as questões trazidas pelo grupo, é uma ferramenta que dá abertura para o acolhimento de situações emergentes que acontecem no território.

O grupo conecta as diferentes histórias de vida dos adolescentes com suas experiências singulares e possibilita o encontro complexo de realidades cotidianas que se somam. Esta abordagem favorece trocas entre pares e a oportunidade de dialogar e se constituir em um coletivo que tem identidade. Diante desta proposta, os participantes têm voz no exercício da construção coletiva da PSC-CT.

E você está falando da [PSC] coletiva e ele não se vê sozinho, então ele não fica acuado, ele percebe que tem outros adolescentes com as mesmas angústias neste espaço e que ele não está sozinho nesta luta para transformar sua realidade: ele tem outros [com quem] ele pode contar; ele não está sozinho fazendo a tarefa, se sentindo mais uma vez estigmatizado (Promotora).

A vivência do espaço coletivo favorece a confiança, o reconhecimento das diferenças, o pertencimento e o crescimento pessoal, bem como promove o deslocamento da culpabilização do adolescente para seu reconhecimento enquanto sujeito de direitos. Ser acolhido no grupo sem discriminações, ser escutado e ter possibilidade de participação configura uma ação humanizada e de inclusão social. Nesta perspectiva, o trabalho alcança as diretrizes do ECA, na compreensão da adolescência como uma fase peculiar de desenvolvimento, que implica na constituição da experiência do modo individual para o coletivo.

A **ação territorial** pode ser considerada a mais relevante das estratégias da PSC-CT. A inserção da proposta no território favorece trabalhar os adolescentes a partir de seu lugar de pertencimento, ao mesmo tempo

em que promove a consciência da territorialidade, isto é, que conheçam melhor o lugar onde residem e os espaços e serviços locais existentes como possíveis redes de apoio. A ação na comunidade possibilita também a identificação das fragilidades e potências do território. Deste modo, a inserção territorial favorece ao adolescente reconhecer seu papel social na comunidade de pertencimento e sua vivência como agente de transformação. Esta tem sido uma experiência importante na relação do adolescente com a rede intersetorial, na medida em que lhe possibilita conhecer os serviços locais existentes e/ou ausentes e suas finalidades. Esta conexão territorial tem permitido o protagonismo do adolescente a partir de sua própria história e a de sua comunidade.

Eu acho que foi muito importante exatamente para o adolescente voltar para o território [...], por exemplo, uma diretora de escola, está o vendo de novo, então [...] vai significar o papel do adolescente protagonista, protagonista no território onde ele foi visto como um autor do ato infracional. Ele pode ter um outro, papel, as pessoas podem ter um outro olhar (Gestora 2008-2020).

Em suma, realizar a PSC-CT no território favorece um trabalho voltado para a realidade desses adolescentes e lhes possibilita deixar uma contribuição diferenciada no espaço onde vivem. Devolver uma ação à comunidade de pertencimento atribui valor social ao adolescente e contribui para sua autonomia enquanto cidadão. Na responsabilização coletiva, a atividade desenvolvida deve fazer sentido no processo socioeducativo e favorecer a vivência de transformar as histórias de outros sujeitos. Estar na comunidade pode propiciar o conhecimento de líderes locais que sejam referências significativas para a transformação da comunidade a partir das trocas de experiências com outras pessoas.

O **acompanhamento familiar** é outra abordagem relevante da PSC-CT. O trabalho com as famílias favorece a desconstrução dos aspectos da cultura punitiva que envolve todo o processo de apuração do ato infracional. Possibilita ainda afirmar, que a medida socioeducativa pode alcançar outras perspectivas no acompanhamento do adolescente. A oferta de um espaço de escuta para as famílias, seja sobre as dificuldades vivenciadas com a adolescência ou as relações estabelecidas na dinâmica familiar, favorece um trabalho potente. O estudo constatou que trabalho grupal com as famílias tem favorecido trocas de experiências e ampliação de conhecimento de temas transversais, culminando em um espaço de cuidado e reverberando em um melhor convívio familiar.

O trabalho desenvolvido com a parceria da família possibilita a compreensão do sentido pedagógico do

cumprimento da MSE, suas implicações na vida cotidiana e, portanto, a família também se modifica neste processo. Ainda, auxilia os familiares a lidarem com as expectativas e dificuldades destas adolescências e sua relação com o universo infracional. Deste modo, o trabalho com os responsáveis é um lugar de cuidado, que se reflete na saúde deste grupo familiar.

[...] a família avalia aquela atividade que o filho fez e traz aquilo como surpresa, [dizendo] “Nossa, não acredito que foi meu filho mesmo que fez”. Não acreditava naquela potência. É muito benéfico quando a família observa a potência (participante do grupo focal).

A proposta é de escutar as famílias sem culpabilizá-las e revitimizá-las, com ações individuais e grupais, de modo a promover espaços de cuidado e de reconhecimento que reverberam no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Referenciais teóricos da estratégia metodológica

Sobre os referenciais teóricos referidos pelos profissionais do serviço, observa-se uma interlocução entre as diferentes áreas de atuação profissional, fazendo jus à pluralidade de perspectivas que se manifesta na prática do trabalho cotidiano. Foram destacados três eixos temáticos importantes como balizadores da PSC-CT: a educação libertadora, o atendimento grupal e a ação territorial.

Foram indicados aportes da educação libertadora de Paulo Freire e da pedagogia da transformação de bell hooks, que, em particular, discute a importância do trabalho educativo considerar a relação entre os marcadores sociais da diferença e as possibilidades de vida, representações e expressões dos envolvidos. Estas perspectivas, associadas às contribuições da educação social de Antônio Carlos Gomes da Costa, foram referidas como relevantes para fundamentar a importância da participação dos adolescentes na elaboração e execução das atividades desenvolvidas, que resultam em seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos. Isso se deve ao fato de que esses autores afirmam que o engajamento em atividades, de modo crítico e reflexivo, oferece um lugar de fala e pertencimento para o adolescente, sendo um convite à transformação, que se constitui a partir do processo de conhecer-se, interagir com outros, e ganhar uma visibilidade diferenciada e com valor social.

Em relação aos referenciais para o trabalho grupal, autores como David Zimmerman, Jacob Levy Moreno e Wilfred Bion foram citados por oferecerem bases teóricas, bem como orientações sobre funcionamento e manejos

para a abordagem grupal. Acerca das discussões sobre o território, as contribuições de Paulo Malvasi e Dirce Koga, foram ressaltadas por problematizarem o território e suas inserções, afirmando a importância de se reconhecer as singularidades das periferias, como território vivo e potente, onde a diversidade de relações instituídas pode se expressar. Discussões teórico-conceituais sobre as juventudes foram também mencionadas.

A PSC-CT desenvolve também seu trabalho a partir dos aportes profissionais específicos dos membros da equipe que são resultantes das diversas formações nas áreas das Ciências Sociais, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional. Por fim, referenciais teórico-conceituais e políticos, que fundamentam e orientam as políticas sociais e legislações, foram também indicados como relevantes à atuação no âmbito da Assistência Social.

Dificuldades e desafios da estratégia metodológica

Na execução da PSC-CT, seus profissionais reconheceram dificuldades e desafios no desenvolvimento das ações. A implementação da estratégia metodológica se confronta com a dificuldade dos adolescentes em desconstruir a cultura do sistema prisional a que têm referência. O desafio é trabalhar sua compreensão de que a PSC-CT é pedagógica, com ações socioeducativas que visam promover o reconhecimento de seu papel na sociedade, dar significado à possibilidade de fazer algo para o outro de forma coletiva e, alcançar, se possível, um processo de transformação. Neste sentido, o desafio do trabalho é assegurar que o adolescente compreenda o significado da responsabilização trazido pelo cumprimento da MSE, e desta forma, legitimar todo o processo em que está inserido. Consequentemente, garantir que as diferentes interfaces e intervenções para o alcance do objetivo da medida de PSC façam sentido para o adolescente, de forma que ele possa se beneficiar deste fazer em seus vários aspectos e assimilar novas experiências.

No que tange à abordagem grupal, o fato do grupo ser aberto é um desafio para a prática, pois implica em receber novos adolescentes a qualquer momento em que ocorre o processo da elaboração da PSC. Isso exige do grupo e da equipe investir no processo de vinculação de quem está entrando e retomar combinados e processos já iniciados. Outra questão resultante da abordagem grupal é lidar com o fato de que os grupos semanais se tornam um ponto de encontro dos adolescentes no COMEC. O encontro de pares favorece que os adolescentes cheguem e saiam juntos e se apoiem em diferentes aspectos. No entanto, esses encontros possibilitam também que outras ações e situações ocorram,

tal como o uso coletivo de substâncias psicoativas antes e depois do grupo, por vezes na frente da instituição e/ou nas proximidades, fato este que chama a atenção da vizinhança e da polícia, o que requer intervenções da equipe.

A frequência irregular dos adolescentes nos grupos é uma dificuldade que impacta no processo socioeducativo e na realização da proposta no território, considerando as etapas da atividade, sua execução e conclusão durante o tempo previsto para o cumprimento da medida de PSC. As ausências também resultam no distanciamento do adolescente do processo em construção e, por vezes, podem prejudicar a atividade grupal. Destaca-se ainda, o desafio que alguns grupos de aplicação da estratégia PSC-CT têm para indicar parceiros para o desenvolvimento da atividade, já que têm poucas vivências no seu território. Diante desta realidade, a equipe precisa ter opções para ampliar escolhas e/ou direcionar uma atividade e/ou indicar um serviço que demonstrou interesse de forma espontânea para receber um projeto de PSC.

A interlocução com os serviços-parceiros é importante para ampliar sua compreensão da metodologia da PSC-CT, tendo sido um desafio alinhar a demanda do serviço com a proposta sugerida pelo grupo e com aquilo que os adolescentes têm alcance para fazer. Ainda, na execução da atividade, é preciso lidar com imprevistos, como por exemplo, quando as escolhas de cores e desenhos representativos para os adolescentes poderão causar conflitos ou desgostos no território. Importante lembrar, que há uma tendência de escolher as representações do universo infracional como: desenhar folha da maconha, colocar a sigla “PJJ” (Paz, Justiça e Liberdade, símbolo do PCC), entre outros. Isso requer um manejo da equipe junto ao parceiro e ao grupo, sendo necessário ampliar as reflexões dos adolescentes sobre os impactos de suas escolhas.

As adversidades das circunstâncias climáticas para o deslocamento para o território e/ou a execução de atividades em ambiente aberto foram também consideradas como desafios para esta estratégia metodológica, pois os imprevistos, como por exemplo, quando chove, resultam em replanejar a saída do grupo e adequar nova ação na instituição. Ocorre, também, do parceiro desmarcar de última hora a ida do grupo por motivos diversos, como falta de funcionários e mudança na rotina de trabalho, o que demanda improvisação para readequação da atividade.

Realizar projetos de PSC em curto tempo (início, meio e fim, com média de 2 meses), é outro desafio da prática. E, por fim, realizar a atividade no território de pertencimento dos adolescentes se torna desafiador, pelo fato de que, no território, os adolescentes são diferentes do que eles são no COMEC, pois mudam de postura por sentirem-se em casa. Fazer uma atividade de PSC em local aberto no território

envolve: encontrar outros pares da comunidade onde vive, ter um lugar social reconhecido, ter outros estímulos que favorecem a não implicação com a atividade planejada e/ou inclusão de outras pessoas na atividade em curso. No território, não há os limites concretos da instituição e, portanto, há vários desafios durante a execução da PSC-CT para a equipe manejar.

DISCUSSÃO

PSC-CT: uma estratégia metodológica participativa e territorial

Os quatro eixos centrais que sustentam a PSC-CT contribuem para a inovação trazida por esta estratégia metodológica.

A PSC-CT, por meio da atividade, possibilita - pela criação, expressão e concretude da ação transformadora - que o sujeito acesse e desenvolva sua capacidade de resistir e existir. Nesse sentido, o trabalho dialoga com as palavras de Silva¹³:

As atividades humanas são a efetivação dos processos criativos, são expressões ao mesmo tempo subjetivas e sociais que conectam indivíduos e contexto, são responsáveis por produzir e/ou expressar a diversidade cultural. Conectadas ao território da existência, expressam também possibilidades de resistência e de sobrevivência (p.243)¹³.

Durante a realização de atividades, se estabelece um campo de experimentação e inicia-se um processo dinâmico a partir das singularidades dos sujeitos, com ações individuais e coletivas, que viabilizam a construção social de espaços de vida e de expressão da diversidade. Neste sentido, a execução da PSC-CT se associa à concepção do uso da atividade humana proveniente de perspectivas de terapia ocupacional que a compreendem como modo de “produção de vida, de sociabilidade, de formas coletivas de convivência, de solidariedade e afetividade” (p. 48)¹⁴. A atividade como meio possibilita criar metodologias para um fazer conjunto, de modo a facilitar a convivência e as relações¹⁵.

Deste modo, esta estratégia metodológica assume a compreensão da atividade humana como atividade sociocultural, isto é, como elemento articulador entre o sujeito e a comunidade, oferecendo oportunidades de encontro e diálogo com produções significativas. Associa-se também à leitura de que as diversas formas produtivas e a vida cultural conectam a experiência, potencializam a

vida, promovem transformações e produzem valor social¹⁴. Como discutido por Castro et al¹⁴:

Nesses espaços de produção e ampliação da rede relacional, ocorrem a transformação e a construção de uma nova realidade, a partir da qual são definidas as possibilidades concretas de aquisições de novos conhecimentos, novas linguagens, de consciência e emancipação sociocultural e de criação de projetos de vida (p.46)¹⁴.

No processo socioeducativo da PSC-CT, o trabalho grupal caracteriza-se como uma dinâmica entre os pares, que promove para o adolescente interações e vivências que possibilitam a concretude da produção de sentidos e do potencial de transformação. A abordagem grupal utilizada se coaduna, portanto, com a compreensão de que “o grupo é espaço de convivência, de experimentação, de constituição subjetiva, do encontro, do fazer junto[...]” (p.135)¹⁶. Ainda, o atendimento grupal nesta estratégia é entendido como espaço de voz, com atribuição de significados¹⁷. Como aponta Samea (p.88)¹⁸:

O espaço grupal possibilita o contato e o reconhecimento do próprio fazer, seus limites e facilidades; a observação do fazer do outro, a percepção de semelhanças e contrastes, e a potencialização do fazer junto (p. 88)¹⁸.

Portanto, o trabalho grupal permite experiências de pertencimento e engajamento em atividades que favorecem a responsabilização pela socioeducação, que ganha sentido para o adolescente. Dialoga com práticas de terapia ocupacional que advogam que:

A existência de um espaço de escuta, de acolhimento, a possibilidade de circulação na cidade e a ampliação do repertório de experiência através das oficinas são elementos que explicam o aspecto positivo atribuído à medida (p.335)¹⁹.

O território, que recebe a ação da PSC, por sua vez, pode ser compreendido como um espaço de expressão e diálogo, que produz significado e sentido para os adolescentes, pois é o lugar onde eles circulam e vivenciam situações cotidianas²⁰. O território é assim o lugar da afetividade, da convivência, da cultura e da diversidade. Como dizem Broide e Broide²¹:

Por um lado, o território encontra-se fragmentado e, por outro, estabelece como defesa o espaço de afetividade

e da contiguidade, que é onde se dá a solidariedade, o trabalho comunitário, a contrarrede, a rede formada pelo morador, pelas políticas públicas, pelas ONG'S, pela produção cultural realizada nas brechas da cultura da globalização. Poderíamos chamar da experiência de encontro local, onde está presente o sujeito, a alteridade, o reconhecimento do outro (p.65)²¹.

A PSC-CT, por fim, ao articular e apoiar as famílias durante encontros grupais, reafirma parâmetros importantes para a proteção social especial de média complexidade, já que:

[...] busca -se por intermédio do trabalho com as famílias contribuir para que a política de Assistência Social seja a expressão efetiva da garantia de direitos sociais, civis e políticos tendo como base a compreensão das relações familiares em suas dimensões sociais e comunitárias, respeitando a singularidade e a intersubjetividade de suas relações (p.38)²².

A implementação da PSC-CT se beneficia do trabalho colaborativo da equipe e da articulação de saberes provenientes das formações profissionais de seus membros. Enfrenta dificuldades e desafios próprios do trabalho socioeducativo, bem como, decorrentes de sua abordagem territorial. Por ser uma proposta que abarca diversas ferramentas de trabalho no âmbito socioeducativo e requer uma estrutura ampliada de profissionais e recursos para garantir a qualidade de sua execução. Este pode ser um possível limitador para sua utilização em outros serviços de MSE. No entanto, nossa posição é a de que a PSC-CT é uma estratégia que pode ser utilizada pelo sistema de justiça como preventiva à reincidência de atos infracionais, pelo seu potencial pedagógico, participativo e territorial.

PSC-CT: diálogos socioeducativos

A PSC-CT se sustenta na socioeducação, com um efetivo trabalho - educativo e pedagógico, crítico e participativo, na perspectiva da garantia de direitos para os adolescentes autores de atos infracionais. Ainda, esta metodologia utiliza a abordagem grupal e a ação territorial como potências para a participação e inclusão social do adolescente, favorecendo seu engajamento em todo o processo de planejamento e realização das atividades. Nesta direção, esta estratégia dialoga com Freire²³ ao dizer que: “a liberdade é a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar

efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos” (p.9)²³.

Conforme demonstrado, a PSC-CT se efetiva de forma ética, na perspectiva da proteção integral e da garantia de direitos de adolescentes de acordo com os pressupostos do ECA¹ e do SINASE². Desta forma, favorece o cumprimento da MSE com alcance transformador, por garantir que a responsabilização pelo ato infracional cometido ocorra por meio de ações socioeducativas, com uma metodologia de trabalho criativa e colaborativa, por meio de atividades e uso de diversas linguagens e estratégias, que podem favorecer um fazer com significado. Deste modo, a socioeducação é um referencial fundamental nos serviços de medidas socioeducativas, por promover a participação social, a reflexão crítica e o desenvolvimento da autonomia de adolescentes. A partir do ECA, a socioeducação é reafirmada como perspectiva de garantia de direitos, no qual seu caráter pedagógico deve ser compreendido, a nosso ver, a partir das perspectivas da Educação Popular e Social, advindas das contribuições de Paulo Freire para as práticas dialógicas e participativas²⁴. A socioeducação por ele inspirada valoriza os aspectos de compreensão da realidade, abertura para o diálogo, troca de conhecimento e desenvolvimento do senso crítico. Os pilares da socioeducação têm como objetivo favorecer a promoção da liberdade, da emancipação e da autonomia do sujeito. Reafirmado por hooks²⁵, a prática pedagógica libertadora deve ser engajada, em constante movimento, dinâmica e fluida, tendo com possibilidade mudar os processos pedagógicos e transformar a consciência com a livre expressão. “A autonomia, é processo, é vir a ser. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade” (p.105)²⁶.

Outro aspecto deste estudo foi dar visibilidade às abordagens qualitativas, participativas e coletivas como ferramentas metodológicas para estimular o desenvolvimento de práticas colaborativas e emancipatórias no escopo da socioeducação. Essas metodologias participativas favorecem a promoção da cidadania e da emancipação social de adolescentes, a partir de suas experiências e demandas em consonância com a realidade do seu território de vida.

PSC-CT: diálogos com a terapia ocupacional

A construção desta estratégia metodológica tem sido realizada por meio de um diálogo colaborativo entre os diferentes profissionais que compõem a equipe,

trazendo a marca desta pluralidade. Tem se beneficiado, portanto, dos saberes e práticas de terapia ocupacional que têm sido historicamente desenvolvidas no Brasil. Especificamente no programa de PSC-CT, a terapia ocupacional tem representatividade na equipe técnica e na gestão. A influência de suas ideias e práticas pode ser reconhecida nas contribuições criativas e humanizadas, na leitura ampliada do cotidiano e na participação na articulação da rede intersetorial. A terapia ocupacional, com seu foco nas atividades e cotidianos dos sujeitos, fomenta práticas grupais de criação, interação e construção coletiva que se assenta e valoriza o território de existência e de pertencimento das pessoas envolvidas. Assim, referindo Silva e colaboradoras²⁷, pode-se dizer que esta estratégia se sustenta em uma compreensão da terapia ocupacional:

[...] que considera a dimensão cultural e da diversidade, entendendo que lutar pela liberdade dos sujeitos e coletivos para criar e expressar seus modos de vida faz parte de um repertório de ação consciente (p. 246)²⁷.

A proposta metodológica PSC-CT dialoga com a terapia ocupacional social pelas convergências temáticas que são tecidas neste campo de prática, como a vida cotidiana, a participação social, a busca da garantia de direitos, a abordagem grupal e territorial e a construção de redes sociais de suporte. Dialoga também com as perspectivas críticas que têm debatido sobre os elementos teóricos e práticos para a atuação do profissional como articulador social, implicado com a problematização e transformação dos processos sociais de exclusão, opressão e discriminação vividos por sujeitos e coletivos²⁸⁻³⁰. Assim, as práticas críticas e emancipatórias da terapia ocupacional no Brasil, que têm a cidadania como eixo²⁹, afirmam o compromisso ético-político da profissão na perspectiva da garantia de direitos.

Nesta conjuntura, as práticas desenvolvidas no programa de PSC-CT de caráter emancipatório dialogam com os pressupostos acima descritos. Ainda, se inspiram pelos manejos utilizados pela terapia ocupacional, dentre os quais, o acolhimento, a escuta, o foco nas atividades e cotidianos, e o fortalecimento das redes sociais de suporte, que venham a garantir o acesso a direitos e a articulação da rede intersetorial. O trabalho no território amplia as possibilidades de compreender o adolescente a partir de suas referências na comunidade em que vive. Deste modo, o acompanhamento de adolescentes e jovens com base na territorialização, propicia o exercício da escuta e compreensão da realidade - cria espaços de reflexão que favorecem apreender os percursos de suas trajetórias³¹.

Embora haja participação de terapeutas ocupacionais em várias iniciativas no campo das medidas socioeducativas de meio aberto no Brasil, a terapia ocupacional ainda tem pouca representatividade entre as profissões que compõem as equipes dos serviços de medidas socioeducativas, conforme estudo realizado por Moraes e Malfitano³². Este estudo indica que no estado de São Paulo, há um predomínio no vínculo trabalhista com as organizações não governamentais, tal como o que ocorre com o COMEC. A mesma condição se aplica à atuação de terapeutas ocupacionais na assistência social, tal como estudado por Oliveira³³, que constatou que somente 9% de terapeutas ocupacionais atuam nessa área no país, com predominância na região sudoeste, e com maior concentração de profissionais nos serviços de Centros-Dia e Unidades de Acolhimento.

Espera-se, portanto, que este trabalho que envolve a atuação de terapeutas ocupacionais no âmbito da proteção social especial de média complexidade, possa vir a contribuir para as práticas nesse campo e para o fortalecimento do trabalho da terapia ocupacional no SUAS.

CONCLUSÃO

O estudo conclui que a PSC-CT favorece uma construção coletiva, participativa e territorial, que traz novos sentidos para os processos de engajamento, responsabilização e transformação vividos pelos adolescentes no cumprimento da medida. É uma estratégia metodológica que promove o adolescente ao papel de cidadão solidário, desmistificando o rótulo do adolescente infrator. Portanto, propõe uma mudança significativa do lugar social do adolescente – de estigmatizado, dada sua associação com o universo infracional - para o adolescente cidadão de direitos, visível pela sua potência. Reafirma, assim, a relevância do trabalho do COMEC em sua trajetória de 43 anos junto a adolescentes e suas famílias na perspectiva da garantia de direitos.

Esta pesquisa reafirma a importância do trabalho social construir práticas emancipatórias e humanizadas, que assegurem acolhimento, respeito e direitos aos adolescentes autores de ato infracional e suas famílias. Este trabalho espera contribuir para o campo de práticas da terapia ocupacional social, na perspectiva de atuação junto a sujeitos, grupos e comunidades, que vivenciam violações de direitos, a partir do compromisso ético-político de enfrentamento das desigualdades sociais e do fortalecimento das redes sociais de suporte.

Participação das autoras: Ambas as autoras foram responsáveis pela concepção, redação e revisão do texto e aprovaram sua versão final. A primeira foi responsável pela realização da pesquisa.

Agradecimentos: À Marili Foltran (in memoriam), Elisa de Divitiis Camuzzo e profissionais do COMEC pelas contribuições a este trabalho.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diário Oficial da União, Seção 1, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.
2. Brasil. Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Diário Oficial da União, 19 jan. 2012, retificado em 20 jan. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm.
3. Política Nacional De Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília; 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf.
4. Brasil. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Diário Oficial da União, 7 jul. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm
5. Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília; 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf.
6. São Paulo. Secretaria de Desenvolvimento Social. Cadernos de Orientações Técnicas e Metodológicas de Medidas Socioeducativas (MSE), de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Social; 2012. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/412.pdf>.
7. Becker MJ. Medidas Socioeducativas em meio aberto. In: Craidy CM, Lazzarotto GDR, Oliveira MM, organizadores. Processos educativos com adolescentes em conflito com a lei. Porto Alegre: Editora Mediação; 2012, p.31-38.
8. Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas. COMEC: uma Trajetória de Trabalho com Adolescentes/COMEC. Santa Bárbara d'Oeste: Gráfica Mundo; 2018.
9. Vedovello AJS, Santamaria LM, Said GAD, Rosa THY, Galheigo SM. Terapia ocupacional e socioeducação: uma trajetória institucional de acompanhamento de adolescentes e jovens durante quatro décadas. Cad Bras Ter Ocup. 2023;31(spe):e3396. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoRE259933961>.
10. Lüdke M, André ME. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU; 1986.
11. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed. São Paulo: HUCITEC; 2014.
12. Gatti BA. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Liber Livro Editora; 2012.
13. Silva CR, Cardinali I, Silvestrini MS, Prado ACSA, Lavacca AB. Proposições da terapia ocupacional na cultura: processos sensíveis e demandas sociais. In: Silva CR (Org.). Atividades humanas e terapia ocupacional: saber-fazer, cultura, política e outras resistências. São Paulo: Hucitec; São Carlos-SP: AHTO; 2019. p.235-261.
14. Castro ED, Lima EMFA, Brunello MIB. Atividades humanas e terapia ocupacional. In: De Carlo MMRP, Bartalotti CC, organizadores. Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas. São Paulo: Plexus Editora; 2001. p.41-59.
15. Malfitano APS. Contexto social e atuação social – generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In: Lopes RE, Malfitano APS, organizadores. Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos. São Carlos: EdUFSCAR; 2016. p.117-133.
16. Farias MN, Lopes RE. Paulo Freire, terapia ocupacional social e a práxis junto a jovens. In: Lopes, RE, Borba PLO, organizadores. Terapia ocupacional, educação e juventudes: conhecendo práticas e reconhecendo saberes. São Carlos: EdUFSCAR; 2022. p.127-147.
17. Centro Assistencial Cruz de Malta. Pode pá: uma abordagem na aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto. Cotia, SP: Ateliê Editorial; 2016.
18. Samea M. O dispositivo grupal como intervenção em reabilitação: reflexões a partir da prática em terapia ocupacional. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2008;19(2):85-90. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v19i2p85-90>
19. Borba PLO, Pereira BP, Lopes RE. Terapia Ocupacional Social, ato infracional e escola – tramas complexas em

- relações frágeis. In: Lopes RE, Borba PLO, organizadores. Terapia ocupacional, educação e juventudes: conhecendo práticas e reconhecendo saberes. São Carlos: EdUFSCar; 2022. p.319-346.
20. Takeiti BA, Vicentin MCG. Jovens (en)cena: arte, cultura e território. Cad Ter Ocup UFSCar. 2026;24(1):25-37. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0667>.
21. Broid J, Broide EE. A transferência e o território: algumas considerações. A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções. 2ª ed. São Paulo: Escuta; 2016.
22. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretária Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social. Parâmetros para o trabalho social com famílias na proteção social especial de média complexidade. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas; 2016. Disponível em: https://portal-api.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/secretarias/arquivos-avulsos/9%20trabalho_social_familia_2016.pdf.
23. Freire P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 60ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2019.
24. Silva EBFL, Alberto MFP, Costa CSS. Socioeducação: concepções teóricas no contexto das medidas socioeducativas. Cad CRH. 2022;35:1-14. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.36268>.
25. Hooks B. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes; 2017.
26. Freire P. Educação como prática da liberdade. 45ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2019.
27. Silva CR, Cardinali I, Silvestrini MS, Prado ACSA, Lavacca AB. Proposições da terapia ocupacional na cultura: processos sensíveis e demandas sociais. In: Silva CR, organizador. Atividades humanas e terapia ocupacional: saber-fazer, cultura, política e outras resistências. São Paulo: Hucitec; São Carlos-SP: AHTO; 2019. p.235-261.
28. Galheigo SM. Perspectiva crítica y compleja de terapia ocupacional: actividad, cotidiano, diversidad, justiça social y compromiso ético-político. TOG (A Coruña). 2012;5:176-187. <https://www.revistatog.es/mono/num5/mono5.pdf>.
29. Galheigo SM. Da adaptação psicossocial à construção do coletivo: a cidadania enquanto eixo. Rev Cienc Med. 1997;6(2-3):105-108. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6971156/mod_resource/content/1/Galheigo1997.pdf.
30. Galheigo SM. Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. Cad Bras Ter Ocup. 2020;28(1):5-25. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO2590>.
31. Borba PLO, Pereira PP. Traçados de vida e as marcas do sistema socioeducativo. In: Lopes, RE, Malfitano, APS, organizadores. Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos. São Carlos: EdUFSCAR; 2016. p.331-337.
32. Moraes AC, Malfitano APS. O Terapeuta ocupacional como executor de medidas socioeducativas em meio aberto: discursos na construção de uma prática. Cad Ter Ocup UFSCar. 2016;24(3):531-542. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0727>
33. Oliveira ML. Qual é a “SUAS”? A terapia ocupacional e o Sistema Único de Assistência Social [tese]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos; 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12292>.

Recebido em: 14.08.2023

Aceito em: 11.12.2023

